

SEGOV/GDO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE: 1105/1915
RUBRICA

LEI N° 8.820

Dispõe sobre a divulgação de informações sobre aleitamento materno e postos de coleta de leite materno.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1°. As maternidades, hospitais com atendimento ginecológico e ou obstétrico, ambulatórios e clínicas de ginecologia e pediatria, públicas e privadas, bem como, as unidades de saúde e pronto atendimento, situados no município de Vitória, ficam obrigados a divulgar os 10 (dez) passos para o sucesso do aleitamento materno recomendados pela Organização Mundial de Saúde/Fundo das Nações Unidas para a Infância (OMS/UNICEF), dos procedimentos para doação de leite materno e sobre os postos de coleta situados no unicípio de Vitória.

Art. 2°. A informação deverá ser exposta em local e tamanho de fácil visualização, contendo endereço, telefone, endereço eletrônico e horário de atendimento de cada Unidade que faz o recolhimento de leite materno.

Art. 3°. Materiais impressos deverão ser disponibilizados para gestantes e parturientes, com os 10 (dez) passos:

I - passo 1: temos uma política de Aleitamento Materno, rotineiramente transmitida a toda equipe de cuidados de saúde;

fh-

- II passo 2: capacitamos toda a equipe de cuidados de saúde nas práticas necessárias para implementar esta política;
- III passo 3: informamos todas as gestantes sobre os benefícios e o manejo do aleitamento materno;
- IV passo 4: ajudamos as mães a iniciarem o aleitamento materno na primeira meia hora após o nascimento e a colocar os bebês em contato pele a pele com elas, imediatamente após o parto, por pelo menos uma hora e as orientamos a identificar se o bebê mostra sinais que esta querendo ser amamentado, oferecendo ajuda se necessário;
- V passo 5: mostramos as mães como amamentar e como manter a lactação mesmo se vierem a ser separadas dos filhos;
- VI passo 6: orientamos as mães a não oferecerem a recém-nascidos bebida ou alimento que não seja o leite materno, a não ser que haja indicação médica e/ou de nutricionista:
- VII passo 7: praticamos o alojamento conjunto, permitindo que mães e recém-nascidos permaneçam juntos 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- VIII passo 8: incentivamos o aleitamento materno sob livre demanda, isto é, a mãe oferecer o leite quando o bebê quiser;
- IX passo 9: orientamos as mães a não oferecerem bicos artificiais ou chupetas a recém-nascidos e lactentes;
- X passo 10: promovemos a formação de grupos de apoio à amamentação e encaminhamos as mães a esses grupos quando da alta da maternidade, encaminhamos as mães a grupos ou outros serviços de apoio à amamentação, após a alta.



Art. 4°. A execução da presente Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 18 de maio de 2015.

> Luciano Santos Rezende Prefeito Municipal

Ref. Proc. 2528586/15